

## TRABALHADORES ITALIANOS EM SÃO PAULO: EM BUSCA DO TRABALHADOR IDEAL\*

*Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura\*\**

A segunda metade do século XIX testemunha a intensificação do debate em torno da implementação do trabalho livre, conforme tem demonstrado e analisado, com notável competência, a historiografia brasileira<sup>1</sup>. A partir do momento em que a escravidão dá sinais de inevitável superação, consagra-se, entre a intelectualidade brasileira, a discussão em torno da substituição do braço escravo, discussão cujo conteúdo acaba conferindo, ao discurso imigrantista da elite cafeeicultora paulista, a indispensável consistência. Nas entrelinhas desse debate começa a se esboçar, então, o perfil do trabalhador ideal, perfil que os primeiros anos da década de 1870 encontram plenamente estruturado.

Documento contundente dessa preocupação, que é recorrente em toda a segunda metade do século XIX e que configura uma verdadeira busca do trabalhador ideal, o relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo então Conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza, Barão de Paranapiacaba, no ano de 1875, se insere no núcleo mesmo dessa tendência. Num verdadeiro mapeamento que visa estabelecer qual “a nação européia que nos pode fornecer emigrantes mais aptos e em maior cópia”, Menezes e Souza esclarece que não é sua intenção “analisar o caráter, os costumes e as tendências de todos os povos

\* Comunicação apresentada no Seminário “Indagações sobre a presença italiana no Estado de São Paulo”.

\*\* Professora do Depto. de História da FFLCH/USP.

1. É numerosa a historiografia sobre a transição da escravidão para o trabalho livre. Dentre os estudos mais recentes, destacamos: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo, Brasiliense, 1986; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987; SCHWARCZ, Lilla Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Círculo do Livro, 1988.

do velho mundo” mas, passar “em rápida resenha, os Alemães, Belgas, Suíços, Italianos, Espanhóis, Portugueses, Chins e Coolis e Anglo-Saxões”<sup>2</sup>.

Nesse sentido, se o alemão é considerado pelo autor como “o colono por excelência”<sup>3</sup>, tendo em vista o êxito de colônias então já estabelecidas no Brasil, a imigração asiática representa o recurso também por excelência, a ser evitado. “Que a raça chinesa abastarda e faz degenerar a nossa, é verdade antropológica”, posiciona-se o autor, elaborando um notável elenco de flagelos que adviriam com a imigração asiática, consubstanciados na “corrupção dos sentimentos religiosos”, na “devassidão”, nos “vícios abjetos” que fazem parte de “seus hábitos e costumes anti-europeus”<sup>4</sup>.

A imigração européia emerge, portanto, do discurso do autor, como aquela que agrega as qualidades que deve ter o imigrante que se procura, sobretudo para o trabalho regular da grande lavoura. Se os anglo-saxões são observados sob o prisma da experiência levada a efeito no Paraná, onde a colônia inglesa de “Assunguy” não teria logrado êxito, bem como sob o prisma da concorrência dos Estados Unidos, de onde, conclui o autor, “há de ser difícilimo desviar (...) essa corrente de imigração”, belgas, suíços, espanhóis e portugueses reúnem as características de uma excelente força de trabalho: “trabalhadores moralizados e inteligentes” – caso dos belgas –, “excelentes lavradores” – caso dos suíços-, “poderosos elementos de trabalho agrícola” – caso dos espanhóis –, “ativos, infatigáveis (...), dóceis e suscetíveis de ensino e direção, (...) os melhores auxiliares à cultura e ao arroteamento do solo”, caso dos portugueses<sup>5</sup>.

No caso específico dos italianos, que nos interessa em particular, Menezes e Souza conclui que “não são auxiliares para a agricultura”, esclarecendo que ao emigrarem para a Venezuela e para o Brasil,

“se entregam a pequenas indústrias, e ultimamente à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do comum e extrema sobriedade nas despesas, conseguem acumular capitais, e às vezes regular fortuna”<sup>6</sup>.

O trabalhador ideal resultante dessa discussão que visa equacionar os problemas da grande lavoura em relação à mão-de-obra, em cujo contexto se insere o relatório do Barão de Paranapiacaba, de fato exclui, num primeiro momento, o

2. SOUZA, João Cardoso de Menezes e. *Theses sobre colonização do Brazil: projeto de solução às questões sociaes, que se prendem a este difficil problema*. Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 1875., p. 403.

3. *Idem, ibidem*. p. 405.

4. *Idem, ibidem*. p. 412-19.

5. *Idem, ibidem*. p. 403-10.

6. *Idem, ibidem*. p. 409.

elemento italiano. Zuleika Alvim enfatiza a “inclinação pelos homens do ‘Norte da Europa’”, inclinação que, nas suas palavras, não passou de “um sonho efêmero”<sup>7</sup>.

Na verdade, a construção do perfil do trabalhador ideal se estrutura no interior de um imaginário racista que torna mais consistente a opção final por imigrantes europeus. Na concepção de Menezes e Souza observa-se, por exemplo, que os europeus são considerados superiores aos asiáticos: ao discurso desabonador das qualidades destes, sobrepõe-se o discurso enaltecedor das qualidades daqueles.

No âmago desse discurso que, numa verdadeira seleção dos caracteres que devem compor o trabalhador ideal, é revelador de uma postura que endossa a superioridade da raça branca e do elemento europeu, particularmente do ariano, o trabalhador nacional livre – predominantemente negro ou mestiço – tende a ficar marginalizado. Embora acredite que o braço nacional, “bem dirigido, poderá concorrer eficazmente para que a produção se mantenha na mesma intensidade”, Menezes e Souza acentua que, enquanto força de trabalho, esse elemento – cujo aproveitamento considera consagrado no Norte do Império – somente adquirirá importância

“quando a instrução agrícola, teórica e prática, bebidas nas escolas primárias, modificar as tendências da geração contemporânea, quando, mudados os hábitos, fundada a pequena propriedade e destruída a repugnância para o trabalho manual, for aplicada a atividade nacional à agricultura”<sup>8</sup>.

Acreditando que o governo deve promover a imigração, o Barão de Paranaíacaba sugere que nas colônias do Estado “se mescle (...) ao menos numa quinta-parte, o elemento nacional ao estrangeiro”, uma proposta sem dúvida alicerçada na concepção do imigrante enquanto agente “civilizador”, cujo contato com a mão-de-obra nativa poderá fazê-la introjetar novos valores<sup>9</sup>.

A imagem construída em torno do trabalhador nacional, imagem desgastante que permeia todo o processo de transição da escravidão para o trabalho livre, tende a se consolidar nas décadas finais do Império, resultando numa verdadeira desqualificação e conseqüente desclassificação dessa mão-de-obra para o trabalho regular na grande lavoura. Nas palavras de Lúcio Kowarick,

“como o parâmetro que os senhores tinham do trabalho era pautado na escravidão, do qual os livres procuravam de todas as maneiras escapar, cristalizar-se-ia a percepção de que eram os menos desejáveis: eram vistos como verdadeiros ‘vadios’, imprestáveis para o trabalho.”<sup>10</sup>

7. ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente!: os Italianos em São Paulo (1870-1920)*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 42.

8. SOUZA, João Cardoso de Menezes e. *Op. cit.* p. 175. (grifo nosso).

9. *Idem, ibidem*. p. 427.

10. KOWARICK, Lúcio. *Op. cit.* p. 47.

É interessante resgatar, nesse sentido, as imagens que, do brasileiro em geral – e não somente do homem livre e pobre – ficaram impressas nos relatos de viagem, em pleno período de transição para o trabalho livre, relatos cuja influência sobre a elite brasileira é inegável. “À exceção das pessoas mais ilustradas, dos fazendeiros e comerciantes, o resto da população é naturalmente indolente, preguiçosa e alheia a todos os regalos da civilização”, afirma Zaluar no início da década de 1860, numa concepção do caráter do brasileiro, à qual somam-se outras impressões de viagem que, numa certa medida, impregnam ainda hoje o nosso imaginário social<sup>11</sup>. Registrando sua primeira impressão ao desembarcar no Rio de Janeiro em meados da mesma década, Elizabeth Agassiz faz referência a “uma expressão uniforme de indolência nos transeuntes”, segundo ela, “o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar nossa população ativa e enérgica”<sup>12</sup>.

No ano de 1891, a observação de Max Leclerc é, nesse sentido, das mais categóricas: “O traço mais marcante do caráter brasileiro é sem dúvida a indolência; indolência ou fatalismo, consciente ou não, esse traço transborda sobre os demais”<sup>13</sup>.

Paralelamente, se, no ano de 1845, Ewbank ressalta que “os brasileiros recuam com algo semelhante ao horror diante dos serviços manuais”<sup>14</sup>, o relato de Ina von Binzer às vésperas da abolição é, de fato, incisivo:

“O brasileiro, menos perspicaz e também mais orgulhoso, embora menos culto (do que o norte-americano), despreza o trabalho e o trabalhador”.

“Ele próprio não se dedica ao trabalho se o pode evitar e encara a desocupação como um privilégio das criaturas superiores. Como esperar que o escravo, criado em animalesca ignorância mas dentro dessa ordem de idéias, seja capaz de adquirir outras por si, formando sua própria filosofia?”

“Ele imita servilmente o branco e trabalha o menos que pode; aqui, no próprio local e diante da amenidade desta natureza, é que se pode avaliar quanto é diminuto o esforço dessa gente de inacreditável indolência”<sup>15</sup>.

Em voga no exterior, o viés do determinismo climático surge, igualmente, como elemento explicativo do comportamento e do caráter do brasileiro. Passagem

11. ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1975. p. 108. (Reconquista do Brasil, 23).
12. AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1975. p. 46. (Reconquista do Brasil, 12).
13. LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Trad., prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo, Ed. Nacional, 1942. p. 50. (Brasiliana, 215).
14. EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou, diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira; com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1976. p. 145. (Reconquista do Brasil, 28).
15. BINZER, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1956. p.124.

extremamente esclarecedora nesse sentido, dentre os relatos de viagem consultados, é a extraída de Ewbank:

“Esta uniformidade do calor tropical pode ser propícia à saúde e permitir a vida até elevada idade, mas creio que também provoca certa lentidão intelectual. Existe uma relação evidente entre a meteorologia e o cérebro; os espíritos enérgicos medram melhor onde se alternam o calor e o frio, as calmarias e as tempestades. Sinto uma crescente tendência à ociosidade, tanto mental quanto física, e posso compreender facilmente porque as pessoas que visitam os trópicos se cansam da verdura invariável e anseiam pela neve e o gelo, assim como pela renovadora influência da primavera setentrional”<sup>16</sup>.

No caso do trabalhador nacional, a postura desses viajantes, que não poupa os brasileiros de um modo geral, pode estar, numa certa medida, embasada em opiniões emitidas pela própria elite local, com quem o relacionamento social fatalmente se estabelece. Os depoimentos de fazendeiros sobre a mão-de-obra nacional, emitidos, por exemplo, nos Congressos Agrícolas realizados no ano de 1878 no Rio de Janeiro e em Recife, trazem à tona questões como ociosidade e nomadismo do trabalhador livre, dando ensejo à proposta de medidas repressivas da vagabundagem<sup>17</sup>. A questão que se coloca com maior contundência no núcleo desse pensamento é, no entanto, a do desprezo pelo trabalho, a escravidão imprimindo à categoria trabalho um sentido degradado e degradante.

Essa discussão que, em síntese, equaciona o potencial da mão-de-obra nacional, conduzindo a um contraponto com o elemento europeu e tomando cada vez mais nítidos os traços que definem o perfil do trabalhador ideal, envolve ainda outra questão fundamental à compreensão da opção pela imigração européia em São Paulo. A imagem pouco ou nada louvável do trabalhador nacional – predominantemente um não-branco – incorpora a imagem igualmente desabonadora do negro e do mestiço. A partir de uma gama variada de argumentos emprestados das teorias raciais então em voga, a decantada inferioridade da raça negra se consolida na construção de uma imagem acabada do negro, da qual os próprios viajantes são competentes artífices. A descrição de Elizabeth Agassiz, por exemplo, oferece do negro uma imagem que incorpora o lúdico, o exótico, o selvagem, que confere um certo lirismo ao seu evidente racismo:

“Entretanto, os negros continuavam sua dança ao clarão de grande fogueira. De tempo em tempo, quando sua excitação atingia o mais alto grau, ataçavam as chamas, que projetavam estranhos e vivos clarões sobre o grupo selvagem. Não podemos ver esses corpos robustos, seminus, essas fisionomias desinteligentes, sem

16. EW BANK, Thomas. *Op. cit.*, p. 66-7.

17. V. CONGRESSO AGRÍCOLA. *Collecção de Documentos*. Rio de Janeiro, Typog. Nacional, 1878 e *Congresso Agrícola do Recife*. Recife, 1878. *Trabalhos*. Introd. Gadiel Perruci. Recife, CEPA/PE, 1978.

formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz todas as vezes que nos encontramos em presença da raça negra: 'Que fará essa gente do dom precioso da liberdade?'"

Ou

"(...) nunca os negros me apareceram sob aspecto tão artístico. Não faz muito, cruzamos na rua com uma preta toda vestida de branco, o colo e os braços nus, as mangas arregaçadas e presas numa espécie de bracelete; estava com a cabeça coberta por enorme turbante de musselina branca e trazia a tiracolo sobre os ombros um xale comprido de vivas cores, caindo-lhe até quase os pés".

Ou ainda

"Por trás, um negro de formas robustas fita a rua; com os braços de ébano cruzados sobre um cesto cheio de flores vermelhas, laranjas e bananas, está semi-adormecido, indolente demais para fazer ao menos um aceno ao comprador"<sup>18</sup>.

Paralelamente, o Brasil emerge dos relatos de viagem enquanto sociedade multi-racial, onde não se observa a prática de uma segregação estrita. Os viajantes analisados são claros quanto à inexistência de preconceito racial. A afirmação de Elizabeth Agassiz, estabelecendo que a escravidão no Brasil é "muito menos absoluta do que o foi nos Estados Unidos"<sup>19</sup>, acrescenta-se a afirmação mais categórica de Max Leclerc nos inícios da República: "Não conheço nenhum país onde as classes se misturam de igual modo e vivam juntas sem a menor cerimônia (mesmo na vida pública nenhum vestígio de preconceito de cor)"<sup>20</sup>.

O tão propalado equilíbrio racial do Brasil, que conduz a uma miscigenação que penetra até mesmo no reduto de famílias da própria elite – escravas gerando filhos mestiços de seus senhores – é, na verdade, visto com uma dada inquietação pelos viajantes, inquietação que, por influência do pensamento europeu e, igualmente, do norte-americano, é partilhada pela intelectualidade brasileira. Concebida como mancha, como ausência de pureza de sangue, como degenerescência genética à medida que faz desaparecer, com o "tipo puro" – nas palavras de Louis Agassiz – "todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas"<sup>21</sup>, a miscigenação é considerada a mais grave seqüela da escravidão, instituição que tomara possível aos "vícios do sangue africano – na expressão do próprio Joaquim Nabuco, expoente do abolicionismo – entrar na circulação geral do país"<sup>22</sup>.

18. AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth C. *Op. cit.* p. 45-7.

19. *Idem, ibidem.* p. 58.

20. LECLERC, Max. *Op. cit.* p. 51.

21. AGASSIZ Louis e AGASSIZ, Elizabeth C. *Op. cit.* p. 184.

22. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. p. 134.

As imagens do brasileiro indolente, do trabalhador nacional apático, pouco ou nada adequado ao trabalho regular da grande lavoura, da inferioridade e despreparo do negro e do mestiço, do trabalho concebido como categoria socialmente degradada e degradante, são imagens endossadas por uma parcela significativa da elite brasileira, um endosso atrelado, e muito, à admiração pelas civilizações européia e norte-americana<sup>23</sup>. No núcleo desse pensamento, o imigrante europeu é visto a partir de um rol de qualidades infinitas que excluem o negro e o trabalhador nacional livre.

A opção pelo trabalhador estrangeiro se estabelece, portanto, no interior de um discurso que é seletivo e que exalta a necessidade da vinda do imigrante branco, conforme bem sintetiza Célia Maria M. de Azevedo, “a fim de se instaurar um tempo de progresso no país, com a efetiva formação de uma nacionalidade e de uma cidadania”<sup>24</sup>. Pensar o trabalhador estrangeiro – europeu ou não – bem como pensar o trabalhador nacional – e com ele o negro e o mestiço –, é avaliá-los socialmente. Numa certa medida, é pensá-los no interior de um contexto que já envolve incipiente industrialização – embora muitos ainda defendam a tese do país de vocação eminentemente agrária –, redefinição do espaço urbano e nascente proletariado. É pensá-los igualmente, no contexto de um ideário liberal que pretende promover a dignificação do trabalho. É pensá-los ainda no cerne de um imaginário racista que busca o aprimoramento da raça.

Nesse sentido, a imigração européia surge, na expressão bastante apropriada de Célia Maria M. de Azevedo, como a “redentora dos males do país”<sup>25</sup>, sobrepondo-se à imagem do brasileiro ocioso, indolente, desqualificado para o trabalho organizado, à imagem do negro inferior, às influências nefastas e dissolventes da escravidão sobre a sociedade brasileira, ao caráter degradado e degradante que a escravidão imprimiu ao trabalho.

No conjunto desse pensamento, merece destaque a questão do “branqueamento da raça”, presente, como esclarece Maria Thereza S. Petrone, no ato de excluir africanos e recusar asiáticos no que concerne aos programas de imigração e colonização<sup>26</sup>. Thomas Skidmore argumenta que para os fazendeiros de café, “homens pragmáticos”, a “contribuição étnica” dos imigrantes “para a população brasileira, seria bem-vinda, mas como subproduto” de seu trabalho no campo, fator que interessava mais diretamente à cafeicultura. De qualquer forma, complementa esse autor, “no período de 1889 a 1914, a grande maioria” dos membros da elite brasileira “esposavam as teses conhecidas como ‘ideal de branqueamento’”<sup>27</sup>.

23. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

24. AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Op. cit.* p. 253.

25. *Idem, ibidem*.

26. PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (Tudo é História, 38).

27. SKIDMORE, Thomas E. *Op. cit.* p. 94 e 156.

Nesse contexto, o relatório de Menezes e Souza pode, sem dúvida, ser considerado como documento dos mais representativos, catalizador mesmo das tendências em voga no que diz respeito a construir e aprimorar o perfil do trabalhador ideal, perfil que tende, conforme acentuamos, a se distanciar da imagem do trabalhador nacional livre, em larga medida, um não-branco.

O trabalhador ideal deve, portanto, ser branco, europeu – de preferência do Norte –, dinâmico, moralizador dos costumes, inteligente, bem adaptado ou de fácil e segura adaptação ao trabalho organizado – principalmente na lavoura –, portador, acima de tudo, da virtude de conceber o trabalho enquanto elemento dignificador do homem.

O perfil do trabalhador ideal não se esgota, no entanto, no âmbito desses atributos. Nesse sentido, a afirmação de Thomas Skidmore, acima transcrita, sobre o pragmatismo dos fazendeiros de café, adquire força. O trabalhador ideal – aquele que poderia viabilizar a expansão da lavoura, dirigindo-se para os campos do Oeste Paulista – tinha que ser, também, um espoliado. Zuleika Alvim enfatiza que o principal objetivo, ao ser pensada e promovida a transferência de italianos para São Paulo, estava em “arregimentar imigrantes sem propriedades, sobretudo aqueles sem condições de juntar dinheiro em poucos anos, evitando assim que abandonassem o trabalho nas fazendas paulistas”<sup>28</sup>.

A questão da proletarização do trabalhador se insere, portanto, de forma incisiva em todo o processo de emigração/imigração, ainda enquanto projeto a ser implementado.

Na verdade, quando pisou o solo paulista, o imigrante italiano, ainda que pondo em prática um projeto seu, pessoal, nascido do descontentamento gerado por uma miséria perene no país de origem, concretizava todo um projeto da elite local. O tão procurado trabalhador ideal, cujo perfil fora cuidadosamente discutido, construído e aprimorado, sobretudo nas décadas finais do século XIX, estava finalmente em São Paulo. A imigração em massa era uma realidade, a questão da mão-de-obra, questão fundamental da cafeicultura no Segundo Império, estava equacionada.

É certo, como diz Skidmore, que “Paradoxalmente, os imigrantes vieram reforçar (...) o caráter ‘latino’ da população brasileira, a despeito da esperança de muitos promotores da imigração de que europeus nórdicos fossem atraídos em grande número”<sup>29</sup>.

É, em última instância, a imagem do trabalhador ideal, que o próprio discurso imigrantista havia construído e aprimorado, sendo relativizada pelos interesses mais imediatos da cafeicultura. De fato, a opinião exarada pelo Barão de Paranapiacaba, a respeito dos italianos, perde consistência a partir da década de 1880. Zuleika Alvim acentua que a idéia de que os italianos não eram aptos para o trabalho regular na

28. ALVIM, Zuleika M.F. *Op. cit.* p. 45.

29. SKIDMORE, Thomas E. *Op. cit.* p. 162.

lavoura tendeu a desaparecer à medida que a transferência de italianos para São Paulo mostrou resultados satisfatórios<sup>30</sup>. Ainda que alguma resistência possa ser registrada, como é o caso da opinião do Secretário da Agricultura Theodoro Dias de Carvalho Júnior que, frente à presença maciça de italianos em São Paulo, posiciona-se em 1895 no sentido de que se procure equilibrar a imigração, fazendo cessar a introdução de imigrantes de uma única nacionalidade<sup>31</sup>, a década de 1880 e aquelas que a sucederam testemunharam a aceitação irrestrita dos italianos. Em 1884, Martinho Prado Júnior, em discurso na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, refere-se às reações iniciais por ocasião da vinda das primeiras famílias italianas para a fazenda do Dr. Antonio Prado e, posteriormente, para a sua própria, circunstância que foi, nas suas palavras, "objeto de motejo, pois a ignorância levava os nossos lavradores a julgar o italiano inapto para a lavoura"<sup>32</sup>.

Em 1887, essa aceitação irrestrita transborda das palavras do mesmo Martinho Prado Júnior, que define os italianos como "perfeitamente adaptados, pela moralidade e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejos"<sup>33</sup>.

No que diz respeito ao trabalhador urbano, a mesma tendência pode ser observada. Ao chamado imigrante espontâneo que normalmente permanece nas cidades, bem como ao recrutamento direto de mão-de-obra européia levado a efeito por empresários industriais do Estado de São Paulo, sobretudo pela parcela imigrante desse empresariado, acrescenta-se como fator de formação do proletariado urbano paulista o incessante êxodo rural, do qual o estrangeiro, motivado quer pelas condições de trabalho nas fazendas, freqüentemente insatisfatórias, quer pelas crises da economia cafeeira, é o agente por excelência. É importante observar, nesse caso, que a primeira fase de desenvolvimento industrial da cidade, registrada na década final do século passado e nas duas décadas iniciais deste século, coincide, conforme anota Pasquale Petrone "com a fase áurea da imigração italiana", quando ingressam no Estado 809.650 imigrantes italianos, 48% dos quais vêm no período de 1892 a 1901<sup>34</sup>.

No início deste século, Antonio Francisco Bandeira Júnior, em inquérito realizado nos estabelecimentos industriais do Estado, constata o predomínio do estrangeiro, principalmente do italiano, na população operária de São Paulo,

30. ALVIM, Zuleika M.F. *Op. cit.*

31. Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1895. In: BIANCO, Maria Eliana Basile. *A sociedade promotora de imigração (1886-1895)*. São Paulo, 1982. p. 17. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

32. Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, Sessão de 11 de fevereiro de 1884. In: BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1968. p.91.

33. Relatório de Martinho Prado Júnior à Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração em 18 de novembro de 1887. In: BEIGUELMAN, Paula. *Op. cit.*, p. 102.

34. PETRONE, Pasquale. *As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão. Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, v.14, n. 26-37, p. 27, jul. 1953.

assegurando, quanto ao elemento nacional, que o mesmo não representa “nem ao menos dez por cento” da mão-de-obra empregada no setor secundário<sup>35</sup>. No ano de 1912, o Departamento Estadual do Trabalho igualmente observa que dentre os trabalhadores arrolados em estabelecimentos têxteis na cidade de São Paulo, 76% são estrangeiros, 17% são nacionais, correspondendo os 7% restantes a trabalhadores de nacionalidade ignorada. Os italianos representam 61% do total de trabalhadores empregados nesses estabelecimentos e 80% dos trabalhadores estrangeiros<sup>36</sup>. Em 1920, a participação dos estrangeiros entre a mão-de-obra empregada no setor secundário, no âmbito de todo o Estado, é ainda da ordem de 50%<sup>37</sup>.

No que diz respeito aos conceitos emitidos sobre a mão-de-obra imigrante – particularmente sobre os italianos, que representam o elemento mais significativo no conjunto da mão-de-obra estrangeira – observa-se, também quanto ao trabalho urbano, conforme acentuamos, a mesma tendência a uma aceitação irrestrita desse trabalhador. Essa aceitação exterioriza-se na prática de enaltecer as qualidades profissionais dessa mão-de-obra, considerada mais experiente e tecnicamente superior em relação ao trabalhador nacional. “O italiano é essencialmente artista”, define-o Bandeira Júnior em 1909<sup>38</sup>; o operariado da Fábrica de Calçados E. B. da Rocha & Cia., “especialmente contratado na Europa”, é “bastante habilitado”, qualifica-o *O Estado de S. Paulo* em 1903<sup>39</sup>. Além disso, anúncios publicados, por exemplo, nesse mesmo jornal, tendem a reforçar a imagem do imigrante enquanto mão-de-obra melhor qualificada nos ofícios urbanos:

“Jovem diplomado na Escola de Tecelagem de Milão, prático em telares mecânicos de fazenda e fitas em máquinas Jacquard, Ratiere e Vincenzi, oferece seus serviços”, [tendo] “bons documentos de sua perícia”<sup>40</sup>.

Ou

“Mestre chegado há poucos dias da Itália, com 20 anos de prática para montagem e trabalho, procura empregar-se como mestre ou contramestre” [em] “Fiação de algodão e lã”<sup>41</sup>.

Ou ainda

35. BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *A Indústria no estado de São Paulo em 1901*. São Paulo, Tipogr. do *Diário Oficial*, 1901. p.13.

36. Condições do trabalho na indústria têxtil do estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano I, n. 1 e 2, p. 74-5, 4º trim. de 1911 e 1º de 1912.

37. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V (1ª parte), *INDUSTRIA*. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1927.

38. BANDEIRA JUNIOR, Antonio F. *Op. cit.* p. 10.

39. *O Estado de S. Paulo*, 2 jan. 1903. p. 2.

40. *Idem*, 27 jan. 1901. p. 1.

41. *Idem*, 9 nov. 1909. p. 10.

“Contramestre moldista, italiano, ocupado em grande fábrica, querendo sair se oferece” a “fabricantes de calçados”, dando “referências de primeira ordem”<sup>42</sup>.

O próprio italiano, conforme é possível apreender do teor desses anúncios, valoriza sua origem diante do mercado de trabalho. “A participação do imigrante europeu e, mais especificamente do italiano, na formação do operariado urbano paulista é, portanto, das mais expressivas”<sup>43</sup>. Sediados principalmente no bairro do Brás, os operários italianos conferem a essa região, na expressão de Antonio Piccarolo e Lino Finocchi na década de 1910, a fisionomia de “uma verdadeira cidade italiana”<sup>44</sup>.

Os dados acima, ainda que pontuais, não deixam de comprovar, no entanto, que a tendência observada no final do século passado, a que um número expressivo de imigrantes recém-chegados ou ex-colonos se fixassem na cidade, oferecendo “às suas indústrias nascentes”, nas palavras de Pierre Denis, “a oferta de uma mão-de-obra barata”, vai além da passagem do século<sup>45</sup>.

No campo ou na cidade, a opção pela imigração européia, que se define através da opção mais específica pelo imigrante italiano, concretiza-se plenamente em São Paulo, concretizando em primeiro plano todo um projeto da cafeicultura do Oeste Paulista.

O que dizer, no entanto, do projeto pessoal do imigrante ao fazer sua opção por São Paulo numa desesperada resistência ao empobrecimento na Europa? A expressão de Pierre Denis, ainda que relativa ao trabalhador urbano, evoca toda a situação e condição do trabalhador italiano em São Paulo, no campo ou na cidade: espoliado na própria origem, o imigrante representa, sem dúvida, a possibilidade de canalizar mão-de-obra barata quer para o trabalho da lavoura, quer para o trabalho da ainda incipiente indústria paulista. Assim, mal remunerados, submetidos a péssimas condições de trabalho e a condições materiais de existência extremamente precárias, poucos foram os imigrantes que lograram, no campo ou na cidade, vivenciar a concretização do sonho que os impulsionou rumo à América. A imagem da terra prometida, estimulada por uma propaganda muitas vezes enganosa, em breve se dissipa. Conforme afirmava Tavares Bastos na década de 1860:

“Esse enérgico impulsor da imigração, a facilidade de enriquecer no Brasil, incomparavelmente superior aos meios de ganhar fortuna na Europa, continuará a trazer às praias do nosso país os descontentes, os infelizes ou os aventureiros do Velho Mundo”<sup>46</sup>.

42. Idem, 26 fev. 1913, p. 13.

43. MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 20.

44. PICCAROLO, Antonio e Lino Finocchi. *O desenvolvimento Industrial de São Paulo através da primeira exposição municipal*. São Paulo, Pocaí, 1918, p. 139.

45. DENIS, Pierre. *O Brasil no século XX*. Lisboa, José Bastos, s.d., p. 146.

46. BASTOS, A.C. Tavares. *Reflexões sobre a Imigração*. 2 ed.. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. p. 126. (Brasília, 151).

Organizada em cima de mensagens que acenam com imagens de terras em abundância, de um mercado de trabalho em expansão, de facilidades para enriquecer, a propaganda, conforme anota Lucy Maffei Hutter, estimulou a fantasia e dissimulou a verdade, ocasionando, “a saída de numerosos emigrantes italianos com destino à América Latina, ainda às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando já não era mais tão fácil encontrar trabalho”<sup>47</sup>.

Zuleika Alvim enfatiza que a situação do camponês italiano era conhecida de perto pela elite cafeicultora paulista, recurso valioso em sua estratégia de arregimentação de imigrantes, que permitia um modo mais preciso de atuar frente à situação de penúria vigente na Itália<sup>48</sup>. A declaração de Martinho Prado Júnior, no final da década de 1880, é profundamente esclarecedora quanto a essa estratégia:

“as críticas que a Sociedade Promotora recebe, por trazer velhos octogenários, mulheres grávidas e recém-nascidos, demonstram profunda ignorância, pois é negável a influência extraordinária que, sobre o moral do emigrante, exerce o fato de transportar consigo os que lhes pertencem pelo sangue e pelo coração”<sup>49</sup>.

A incorporação do imigrante ao mercado de trabalho atrela-se, portanto, a uma dada manipulação de seus próprios valores, assim como de seu imaginário em relação à América, manipulação que se estrutura no conhecimento preciso de suas aspirações. O próprio sistema de colonato, na forma como se organiza, criando mecanismos de controle social e de exploração mais acentuada da mão-de-obra, bem como garantindo privilégios já consagrados, como a posse da terra, representa uma solução mediadora entre as aspirações do imigrante e o que os fazendeiros consideraram interessante e prudente oferecer ao incorporar esse novo segmento às funções produtivas: oferecer ao colono a possibilidade de ter a própria lavoura de subsistência – ainda que nos limites da própria fazenda –, de negociar o excedente desta, de criar os próprios animais, de reproduzir, enfim, em solo estrangeiro, o trabalho do núcleo familiar, é criar condições para que o imigrante, numa certa medida e por um certo tempo, conviva em paz com os próprios sonhos.

No campo e na cidade, a proletarianização do trabalhador italiano é evidente. Em São Paulo, os cortiços que integram a fisionomia da cidade, em fins do século passado e em inícios deste, são realmente um atestado contundente dessa proletarianização na sociedade de adoção.

47. HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo em 1902-1914: o processo imigratório*. São Paulo, IEB/CESP, 1986. p. 37.

48. ALVIM, Zuleika M. F. *Op. cit.*

49. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Visconde de Parnayba, Presidente da Província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração em 22 de fevereiro de 1888. In: BIANCO, Maria Eliana Basile. *Op. cit.*, p. 56.

Zuleika Alvim ressalta as condições precárias em que viviam os italianos quer no Norte, quer no Sul da Itália, quer no campo, quer na cidade, destacando a situação de penúria e promiscuidade nas casas do Vêneto e nos casebres das regiões meridionais<sup>50</sup>. Em São Paulo, a descrição dos cortiços, que incorpora em algumas passagens – como a que abaixo transcrevemos – inclusive uma visão preconceituosa do italiano, nada fica a dever à imagem que a citada autora evoca das cidadezinhas do Sul da Itália:

“A população italiana calculada em 70.000 almas, só na Capital, composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários paupérrimos é um fato grave perante a higiene do Estado”.

“Basta, como nos tem inúmeras vezes acontecido, penetrar na habitação aglomerada de italianos para se depreender desde logo, que o menor preceito de higiene e de moral, que é a base do edifício social, ali não existe”.

“Nos bairros do Bom Retiro, Bexiga e Brás, casas existem com acomodações para 6 ou 8 pessoas e que abrigam, em completa promiscuidade, 30 a 40 indivíduos”.

“No Largo da Memória, na Ladeira do Piques, na Rua da Consolação e em várias ruas desta florescente Capital, são inúmeros os casarões abrigando durante a noite centenas de pessoas sem luz, sem ar e que fazem durante o dia a cozinha em alcovas escuras, por meio de fogareiros volantes envenenando ainda mais essa atmosfera, já deletérea e pernicioso”<sup>51</sup>.

Na cidade e no campo, a trajetória do trabalhador italiano em São Paulo, nas décadas finais do século passado e nas décadas iniciais deste século, é reveladora de um cotidiano pautado em condições materiais de vida extremamente precárias. E assim como, em meio a essa proletarização, se dissipa a imagem da terra prometida, conforme demonstra a saída sistemática de trabalhadores imigrantes do Estado, o discurso em relação ao imigrante europeu passa igualmente por uma reformulação. Ainda que não se questione, nas fontes consultadas, a capacidade de trabalho do imigrante, a imagem deste passa a incorporar o preconceito, a sua condição de estrangeiro é fator de exclusão da cidadania, a resistência que oferece à proletarização o transforma num “agitador”, a emergência do movimento operário resulta numa visão desabonadora do próprio processo de emigração/imigração, processo que, nos termos do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1893, favorece o ingresso, no país, da “população anarquizadora do Velho Mundo”<sup>52</sup>.

50. ALVIM, Zuleika M.F. *Op. cit.*

51. Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias do Distrito de Santa Ifigânia, apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, M.D. Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo In: *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário de Estado dos Negócios do Interior em 28 de março de 1894.* São Paulo, Tipografia a vapor de Vanorden, 1894. p. 92-3.

52. *O Estado de S. Paulo*, 3 mai. 1893. p. 1.

## Fontes e referências bibliográficas

### Documentos

Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias do Distrito de Santa Ifigênia, apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, M.D. Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário de Estado dos Negócios do Interior em 28 de março de 1894.* São Paulo, Tipogr. a vapor de Vanorden. 1894.

### Bibliografia

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter L. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1986.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus, 1966.